



EcoPONTES
SUSPREPONDO OBSTÁCULOS COM SUSTENTABILIDADE



ILUSTRÍSSIMO (a) SENHOR (a) PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÕES E OBRAS DA SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA.

RDC ELETRÔNICO n. 004/2017

Execução por Regime de Contratação Integrada

Julgamento por Menor Preço

Objeto: Desenvolvimento de Projetos de Engenharia (básico e executivos) de Execução de Obras de 03 (três) Pontes, sendo uma no Rio Ribeirão, KM 17,5, 5ª Linha do Ribeirão, BR 425, com extensão de 60M e largura de 6,35M, outra no Rio Periquitinho, KM 2,85, 4ª Linha do Ribeirão, BR 425, com extensão de 12M e largura de 6,35M, e outra no Rio Periquitão, KM 5,05, 4ª Linha do Ribeirão, BR 425, com extensão de 6,35M e largura de 6,35M, todas município de Mamoré-RO.

Valor estimado: R\$ 3.194.677, 65

**ECOPONTES SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS
LTDA ME**, cadastrada junto ao Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.
13.613.420/0001-95, situada a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2639,
Jardim Mediterrâneo, CEP 19065-300, em Presidente Prudente-SP, vem perante
Vossa Senhoria, com fulcro e na forma do Item 2.4 do Instrumento
Convocatório, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, o que faz
com supedâneo nos fundamentos deduzidos a seguir:



ITEM 1

No Item 1 do edital consta a descrição do objeto licitado, *in verbis*:

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA (BÁSICO E EXECUTIVO), A EXECUÇÃO DAS OBRAS E TODAS AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES - NO RIO SALOMÃO, KM 10,40, ESTRADA DO PALHETA, BR 425, COM EXTENSÃO DE 60M E LARGURA DE 6,35M E NO RIO BANANEIRA, KM 3,50, LINHA 10, BR 421, COM EXTENSÃO DE 15M E LARGURA DE 6,35M, NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM.

Por sua vez, o art. 5º, da Lei nº 12.462/11, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, assim reza:

Art. 5º. O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.

No que toca às pontes licitadas, no instrumento convocatório constou apenas as metragens de largura e comprimento, e o local onde devem ser edificadas, sem haver (como deveria) clareza e precisão de tantas outras informações relevantes para definição do objeto, a exemplo da espécie de materiais a compor a (s) sua (s) estrutura (s) (concreto, madeira, estruturas metálicas, composição mista desses materiais, etc...).

Relegar essa definição básica para qualquer outro documento anexo ao instrumento convocatório não atende à previsão legal em referência, uma vez que é nesse documento (edital), que deve conter de forma indubitosa, informações precisas e claras sobre o objeto licitado.

ITEM 6.2.5

Pelo Item 6.2.5 do edital estão impedidos de participar do certame empresários que se encontrem em *processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação*.

Vedar, em especial, a participação de quem se encontre em processo de recuperação judicial, é exigência restritiva que compromete ou frustra o caráter competitivo do certame, além de ilegal à luz do entendimento sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça:



AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR. LIMINAR DEFERIDA PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL ADMITIDO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. NECESSIDADE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL APRESENTAR CERTIDÃO PREVISTA NO ART. 31, II, DA LEI 8.666/93. QUESTÃO INÉDITA. ATIVIDADE EMPRESARIAL. RENDA TOTALMENTE OBTIDA POR CONTRATOS COM ENTES PÚBLICOS. PERICULUM IN MORA INVERSO EVIDENCIADO. QUESTÃO INÉDITA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DO DEFERIMENTO DA MEDIDA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. LIMINAR CASSADA. EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a concessão de provimento liminar em medidas cautelares reclama a satisfação cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. O primeiro consubstancia-se no fato de o direito alegado no recurso ser plausível e encontrar amparo em entendimentos deste Superior Tribunal e o segundo remonta-se à possibilidade de perecimento do direito caso a medida não seja deferida.

2. O Tribunal de origem exarou decisão no sentido de permitir que a agravante, pessoa jurídica em recuperação judicial, continuasse a participar de licitações públicas, "sem apresentação da certidão negativa de recuperação judicial" salientando, para tanto, que essa "possui todas as certidões negativas ínsitas no art. 31 da Lei nº 8.666/93, sendo certo que, por estar em recuperação judicial, não seria capaz de apresentar apenas a certidão negativa de falência ou concordata."

3. Quanto ao *fumus boni iuris* - possibilidade de empresa em recuperação judicial ser dispensada de apresentação da certidão ínsita no inciso II, do art. 31, da Lei nº 8.666/93, considerando os fins do instituto elencados no art. 47 da Lei nº 11.101/2005 - para fins de participação em certames, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça não possui posicionamento específico quanto ao tema.

4. Nos feitos que contam como parte pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, a jurisprudência do STJ tem-se orientado no sentido de se viabilizar procedimentos aptos a auxiliar a empresa nessa fase. A propósito, cita-se o REsp 1187404/MT - feito no qual foi relativizada a obrigatoriedade de apresentação de documentos, por parte de empresas sujeitas à Lei nº 11.101/2005, para fins obtenção de parcelamento tributário. Restou consignado que: "em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessário comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. (REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO.)

5. O fato de o pleito deduzido no especial não encontrar amparo em qualquer precedente desta Corte, somando à tese adotada, em situações similares, no sentido de relativizar as exigências documentais, previstas em lei, para que empresas em recuperação judicial possam lograr êxito em seu plano recuperatório, afastam, da espécie, o *fumus boni iuris*.



6. Não resta evidenciada a alegação de ser o provimento assegurado pela instância a quo genérico com efeito erga omnes. O Tribunal a quo não autorizou a recorrida a participar sumariamente de toda e qualquer licitação sem apresentação de quaisquer documentos previstos na lei de regência. Afastou a apresentação de uma certidão: a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7. O periculum in mora não foi demonstrado, pois o agravado não foi capaz de demonstrar o perecimento de seu direito. Aliás, ao contrário, visualiza-se na espécie, possível ocorrência de periculum in mora inverso, pois, tendo a agravante focado sua atividade empresarial em contratos com os entes públicos, constituindo-se em 100 % de sua fonte de receitas, a subsistência da liminar em tela poderá comprometer a sua existência.

8. Agravo regimental provido, cassando a liminar anteriormente deferida e julgando extinta, sem julgamento de mérito, a presente Medida Cautelar.

- (STJ – AgRg na MC 23499/RS – 2ª Turma – Ministro Relator Humberto Martins – Julgto: 18.12.2014).

Desse modo, admitir que participem do certame empresas que estejam em processo de recuperação judicial é medida mais consentânea com a Lei de Falências e com os princípios que norteiam as licitações.

ITEM 15.1

Relativamente a qualificação técnica, o Item 15.1 fez referência aos dispositivos pertinentes previstos na Lei nº 8.666/93, sendo que este diploma legal assim prescreve em seu art. 30:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou



privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

Denota-se evidente a irregularidade do instrumento convocatório por não estipular as parcelas de maior relevância que devem conter nos comprovantes de capacitação técnico-profissional em relação ao objeto licitado, como impõe o texto legal suso transcrito.

ITEM 15.2.4

No Item 15.2.4 do edital, assim consta:

15.2.4. As capacidades técnico-operacional e profissional serão comprovadas conforme disposto no Item 22 do TERMO DE REFERÊNCIA constante do Anexo I.

Não há que se confundir a capacidade técnico-operacional com a capacidade técnico-profissional.

Nos termos do inciso II, c/c §1º do art. 30 da Lei n. 8.666/93, a prova de qualificação técnico-operacional se dá mediante a apresentação de atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, devidamente registrados na entidade profissional competente.

Desta forma, não deve haver obrigatoriedade de que estejam também em nome do responsável técnico da empresa, que no caso, nos termos do artigo 30, inciso I, do §1º, a capacidade técnico-profissional há de ser feita por meio da comprovação de que a pessoa jurídica conte com profissional “detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes”.

A observação editalícia em comento não especifica se o atestado de capacidade técnico-operacional se dirige apenas a empresa licitante ou também



ao seu responsável técnico, impondo-se que assim seja esclarecido para evitar-se questionamentos futuros.

ITEM 15.2.10.1

Veja-se a redação do Item 15.2.10.1:

15.2.10.1. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

Do texto supra depreende-se permissão para a licitante vencedora substituir os profissionais por ela indicados para a consecução do objeto licitado, sem, contudo, em relação ao substituto, constar expressamente que estes devam atender às mesmas exigências editalícias direcionadas aos profissionais substituídos, impondo-se que assim se faça.

Ademais, ao relegar a aceitação do profissional substituto à aprovação pelo gestor do contrato e ratificação pelo seu superior, sem definição clara e objetiva quanto de critérios para tanto, não atende aos princípios da legalidade e impessoalidade, norteadores da Administração Pública.

ITEM 24.2.2

Consta do edital a seguinte redação para o Item 24.2.2:

24.2.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

A advertência que se extrai do mencionado item se dirige à empresa vencedora da licitação, presumindo-se, então, que se tenha atendido a todas as exigências do edital para então ostentar a condição de adjudicatária. Desse modo, não se compreende no que poderia consistir a “situação irregular” ensejadora da multa prevista.

Por se tratar de previsão para a aplicação de penalidade, urge que sejam discriminadas, em abstrato, a (s) situação (ões) irregular (es) a ensejar a



aplicação da multa em testilha, obstando a sua incidência ao alvedrio da Administração.

Ademais, para se atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, impõe-se que haja gradação do percentual da multa às hipóteses de irregularidades a serem regulamentadas também de forma gradual, impedindo-se, assim, que a multa de 10% sobre o valor adjudicado –(R\$ 319.467,76) seja imposta, por exemplo, a situação de pouca relevância, de fácil correção e sem potencial algum de causar prejuízo para a Administração e também à execução do objeto licitado.

ITEM 24.2.1

A redação do Item 24.2.1 não está compreensível.

Veja-se:

24.2.1 - A contratada, em razão de inadimplências, inclusive as referentes ao retardamento na 27.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor a parcela inadimplida.

O Item 27.1 do instrumento convocatório diz respeito a aditivos contratuais e da recomposição do equilíbrio econômico financeiro, questões que não guardam relação alguma com aquelas tratadas no Item 24.2.1, denotando-se evidente erro material a impedir a sua inteira compreensão, fazendo-se necessário, portanto, a sua retificação ou supressão.

ITEM 24.2.12

Consta do edital a seguinte redação para o Item 24.2.12:

24.2.12. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

Da forma como redigido aludido item, não está claro se a “falta de execução do objeto” pelo prazo assinalado se refere ao início dos serviços inerentes a execução do objeto licitado ou se diz respeito à paralização dos serviços já iniciados.



Considerando que a situação fática prevista enseja consequência grave, no caso a rescisão do contrato administrativo, impõe-se esclarecimento adequado sobre a hipótese ensejadora da situação aventada.

Se a intenção da Administração foi estipular o prazo de 30 dias para o início da execução dos serviços, seria imperioso estipular algum evento como sendo o termo inicial, para assim haver critério objetivo para a contagem do prazo mencionado.

ITENS 24.3.1, LETRAS “D” E “E”; 24.3.2, LETRAS “A” E “B”; 24.4, LETRA “C”.

Dos itens supra, depreendem-se as seguintes inconsistências e ilicitudes:

- Os percentuais de multas estipulados nas letras “d” e “e” do item 24.3.1 não especificam o valor sobre o qual incidirão e serão calculados, não havendo, assim, como ser aplicado em caso de verificadas as hipóteses de suas incidências. Dizer que tais percentuais serão calculados “sobre a parte inadimplente”, não estabelece parâmetros objetivos e concretos, nem mesmo define o que considerar como “parte inadimplente”;
- As letras “d” e “e” do item 24.3.1 e as letras “a” e “b” do item 24.3.2 trazem previsões de multas para situações idênticas, quais sejam: *percentuais de 15% e 20% em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro de determinado prazo, e em caso de inexecução total do objeto da licitação/contrato*. Não se justifica a previsão em duplicidade de multas e suas hipóteses ensejadoras.
- Caracteriza inegável *bis in idem* a previsão do item 24.4, letra “c” –(5% de multa sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega do objeto da licitação), uma vez que no item 24.3.1, letra “c”, já foi prevista multa no mesmo percentual e para a mesma situação de descumprimento do prazo de entrega.

PEDIDO

Ante o exposto, em que pese o respeito da impugnante por esta Comissão de Licitação, requer-se de Vossa Senhoria a suspensão do tramitar




EcoPONTES
SUSBREPPONDO OBSTACULOS COM SUSTENTABILIDADE



administrativo do procedimento licitatório em tela até que sejam revistas as questões objeto da presente impugnação, ultimando-se as adequações necessárias, evitando-se, futuramente, eventuais arguições de nulidade.

Pede deferimento.

Presidente Prudente-SP, 11 de outubro de 2017.


ECOPONTES-SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS LTDA
CNPJ (ME) 13.613.420/0001-95 – IE 562.185.987.117
Avenida Juscelino K. de Oliveira, 2639-Jd.Mediterrâneo
CEP: 19065-300 - Presidente Prudente (SP)
Cicero Lima de Carvalho
Sócio Proprietário
RG nº 11943202(SSP/SP) / CPF nº 970.857.078/87